

A DESMILITARIZAÇÃO SOBRE A ÓTICA DOS MILITARES

THE DEMILITARIZATION ON THE OPTICS OF MILITARY

MILHOMEM, Lucivaldo Rodrigues¹
DA COSTA, Rogério José ²

RESUMO

A desmilitarização da polícia militar é um tema importante que vem ganhando grandes proporções nos dias atuais. Dada sua relevância, esse trabalho objetivou conhecer o posicionamento dos policiais militares da cidade de Anápolis- GO sobre o tema. A metodologia escolhida para embasar esse estudo se deu tanto pela pesquisa bibliográfica quanto pela pesquisa de campo. Indo campo, o presente trabalho constatou que 100% dos policiais entrevistados possuem conhecimento acerca do tema. Ademais, a pesquisa confirma que enquanto 40% dos entrevistados são contra a desmilitarização, a grande maioria, 70%, acreditam que ela se faz necessária. Com isso, os resultados obtidos evidenciam a necessidade em se trabalhar o tema, buscando a melhor forma de atender aos anseios da força de segurança nacional.

Palavras-chave: Desmilitarização, Polícia Militar, Anápolis, Goiás.

ABSTRACT

The demilitarization of the military police is an important subject that has been gaining great proportions in the present day. Given its relevance, this work aimed to know the position of the military police of the city of Anápolis-GO on the subject. The methodology chosen to support this study was based both on bibliographic research and field research. In the field, the present study found that 100% of the policemen interviewed have knowledge about the subject. In addition, the survey confirms that while 40% of the interviewees are against demilitarization, the vast majority, 70%, believe that it is necessary. With this,

¹ Aluno do Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Comando de Polícia Militar de Goiás- CAPM milhomem071@hotmail.com;

² Professor Orientador: Doutor em Química do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás- CAPM, rogerquim@gmail.com, Anápolis-GO, Março de 2019.

the results obtained evidenced the need to work on the theme, seeking the best way to meet the aspirations of the national security force

Keywords: Demilitarization, Military Police, Anápolis, Goiás.

1 INTRODUÇÃO

Dúvidas e questionamentos surgem inevitavelmente na população brasileira quando se fala em desmilitarização policial. Grande parte da comunidade nunca ouviu falar sobre o tema, outros não conhecem o real significado do termo e nem mesmo a maneira pela qual tal fato, colocado em prática, poderia influenciar todo o cenário da segurança pública nacional, tanto no cotidiano da sociedade quanto no trabalho realizado pelo policial. Por esse motivo, é fundamental conhecer o posicionamento do próprio policial militar sobre o assunto.

A desmilitarização geralmente é posta em evidência quando os altos números de violência no país são vinculados a algumas ações hostis e agressivas que eventualmente são praticadas por integrantes da força policial militar. Sendo assim, a mera presença da PM, visando garantir a segurança de determinado movimento ou manifestação de cunho social, é suficiente para dar margem a pedidos e protesto clamando por seu fim.

O que muita gente não sabe, é que a palavra “militar”, caracterizadora de uma das forças de segurança nacional, não é utilizada em vão. Ela tem raízes históricas que remontam a tempos passados, anteriores inclusive à ditadura militar. No entanto, a maneira como a Polícia Militar foi estruturada para servir de força reserva do exército, se manteve. Isso faz com que hajam demandas pela modernização das polícias, seja por alteração da Constituição Federal, ou até mesmo por mudança em sua forma de treinamento.

Alguns estudiosos afirmam que a militarização não é benéfica para a sociedade e nem mesmo para a polícia. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo conhecer o entendimento do policial militar da cidade de Anápolis- GO, acerca desse tema que o afeta diretamente. Levar em consideração o posicionamento do próprio policial sobre o assunto é de suma

importância para a Gestão da Polícia Militar de Goiás, pois permite que sejam criadas estratégias de avanço baseadas nas opiniões e comportamento de sua própria força, resultando em uma valiosa aprendizagem coletiva.

2 METODOLOGIA

Origem da Polícia Militar

Erroneamente, é muito comum que a imagem da polícia militar seja vinculada a uma herança cultural advinda da ditadura militar, vivenciada no Brasil nos anos de 1964 a 1985. No entanto, a rigidez no trabalho daqueles que objetivam garantir a ordem social, provém desde o Brasil Colônia, onde já se notava certa rispidez e arbítrio em suas ações. Mesmo que ainda não se usasse a denominação “policial” nessa época, a organização da colônia se fazia nitidamente militar. (SILVA et al. 2017)

Foi só com a chegada da corte portuguesa no Brasil, em 1808, que se começou a dar o devido valor e importância aos serviços de policiamento. Em 1831 foi criada a Guarda Nacional, sendo essa considerada a verdadeira origem da Polícia Militar. Isso por que, segundo Luiz Carlos Rocha (1991, p.254) “para manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça como o efeito julgado necessário” se fez indispensável a criação de guardas municipais, que objetivaram atender as inúmeras demandas do Brasil Império.

Com isso, o serviço de policiamento passa a ser utilizado para defender e assegurar o país internamente, sendo considerado inclusive, como uma forma de complemento do exército brasileiro. No entanto, foi só em 1946 com a promulgação da Constituição do Estado Novo, que o termo “polícia militar” foi usado pela primeira vez. O referido dispositivo previa em seu artigo 183 que “As polícias militares instituídas para a segurança interna e manutenção da ordem nos Estados, nos territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército”.

No entanto, mesmo diante a exposição dos fatos narrados, algumas pessoas ainda consideram que o surgimento da polícia militar é resultado da época ditatorial. Isso por que, em 1969, quando ainda vigorava a ditadura, foi

assinado o decreto 667/69, que em decorrência da junção da força pública e do guarda civil, passou a concretizar a instituição da polícia militar no país. Nesse sentido, segundo Ronaldo João Roth:

Em 1969, o modelo de Polícia no Brasil ficou centrado em apenas duas instituições: a Polícia Civil e a Polícia Militar, esta última criada com essa denominação por força do Decreto-Lei Federal 667/69, tendo havido a fusão da Força Pública com a Guarda Civil, por força do Decreto-Lei Federal nº 1.072 de 30 de dezembro de 1969, o qual extinguiu as guardas civis do Brasil, aproveitando-os nas Polícias Militares, portanto, a “fusão” da Força Pública com a Guarda Civil deu origem à Polícia Militar no Brasil. (ROTH, 2016, p.9)

Em uma entrevista concedida ao IHU - Instituto Humanitas Unisinos, o militante dos Direitos Humanos, Jair Krischke, afirma que a polícia militar é uma invenção criada pela ditadura. Por esse motivo, segundo Jair, a polícia que foi criada, treinada e preparada para defender o país dos perigos mais fatais, como a guerra, não é eficaz para lidar com os problemas menores e cotidianos da população brasileira. Nesse cenário, surge a proposta da desmilitarização. (ROSY, 2014)

A Desmilitarização Sob a Ótica dos Militares

A desmilitarização consiste em uma proposta que objetiva alterar o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, responsável por organizar a segurança pública, delegando as funções das Forças nacionais existentes no país. Com isso, a proposta busca acabar com a polícia militar, fazendo uma unificação desta com a polícia civil. Tramitaram no Congresso Nacional as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) 430/2009, 101/2011, e 51/2013, que objetivavam a unificação da força policial, e apesar de terem sido arquivadas, ainda geram muitas discussões.

As opiniões são divididas, existem os que defendem e os que condenam a militarização. Os apoiadores da causa argumentam que tal medida seria benéfica não só para sociedade, mas para os policias militares. Isso por que, a desmilitarização pode conferir cidadania plena ao policial, que no exercício de sua função, acaba sendo privado de alguns direitos inerentes a todo cidadão, o que o coloca em posição inferior em relação aos demais. Nesse sentido:

Notavelmente, esta condição de “subcidadania” expõe a condição conflitiva com a qual os policiais militares convivem, pois são responsáveis pela proteção dos direitos alheios, mas paradoxalmente são tolhidos do usufruto de seus próprios direitos. Desse modo, a lei e a ordem, que são os dois elementos jurídicos mais conhecidos por estes profissionais e que constituem os pontos cardeais para seu exercício funcional, se sobrepõem até perante sua dignidade pessoal (SILVA et al., 2017, p.140)

Entre os que condenam a militarização está o chefe da subdiretoria da Polícia Militar do Rio de Janeiro, coronel Íbis Pereira. Em entrevista para a BBC, ele argumenta que uma mudança de nomenclatura não contribui em nada para solucionar a violência no país, uma vez que, a mesma não é culpa da PM. Segundo o coronel, para que ocorra uma mudança de fato profunda e efetiva, seria necessário alterar toda a cultura organizacional e sistema de justiça criminal, não se limitando a polícia militar, pois o problema se encontra em todo contexto social. (KAWAGUTI, 2013)

No entanto, é comum encontrar apoiadores da causa dentro da própria polícia. Um estudo realizado em 2014 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o SENASP e a escola de direito da FGV em São Paulo, explorou as formas de desmilitarização da polícia, levando em consideração as opiniões de policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, corpo de bombeiro e polícia científica. O estudo constatou que 72,2% dos policiais de todo o país são a favor da retirada da polícia militar e corpo de bombeiro como força auxiliar do exército.

A pesquisa foi muito bem elaborada, e aborda temas importantes como a extinção da justiça militar para PM, a modernização dos regimentos e códigos disciplinares, a regulamentação do direito à sindicalização e greve dos policiais militares, a eliminação das hierarquias, a redução dos mecanismos internos de controle, vedação de punições administrativas e disciplinares bem como a extinção dos inquéritos policiais militares e reorientação do foco de trabalho da PM para proteção dos direitos de cidadania. (LIMA, BUENO E SANTOS, 2014)

Baseado neste estudo e em diversos outros que discorrem sobre a forma que o policial militar se posiciona acerca da desmilitarização e dos temas que dela são decorrentes, este trabalho busca conhecer as opiniões da força policial militar em Anápolis-GO, objetivando que as informações coletadas se tornem ferramentas úteis e importantes para a gestão da PM em Goiás.

3 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para ser aplicada a este trabalho foi a pesquisa bibliográfica, em conjunto com a pesquisa quantitativa. Indo a campo, este estudo objetiva compreender e analisar o nível de conhecimento dos Policiais Militares acerca de um tema que os afeta diretamente, a desmilitarização. Com base no estudo exploratório, poderá se conhecer mais a fundo o tema sob as perspectivas dos próprios policiais.

A primeira parte será embasada teoricamente em doutrinas, teses, dissertações e artigos que trabalham acerca do tema, ressaltando sua importância. Já a segunda parte, a pesquisa de campo, contará com a participação de policiais militares do 4º BPM de Anápolis, que responderam a um questionário estruturado, com respostas claras e objetivas, sobre o posicionamento da PM sobre a desmilitarização.

A coleta de dados ocorrerá nos meses de março e abril de 2019, contando com a contribuição voluntária dos policiais militares ocupantes dos cargos de soldados, com faixa etária entre os 20 aos 35 anos. As informações serão anotadas e terão seus resultados expostos em gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

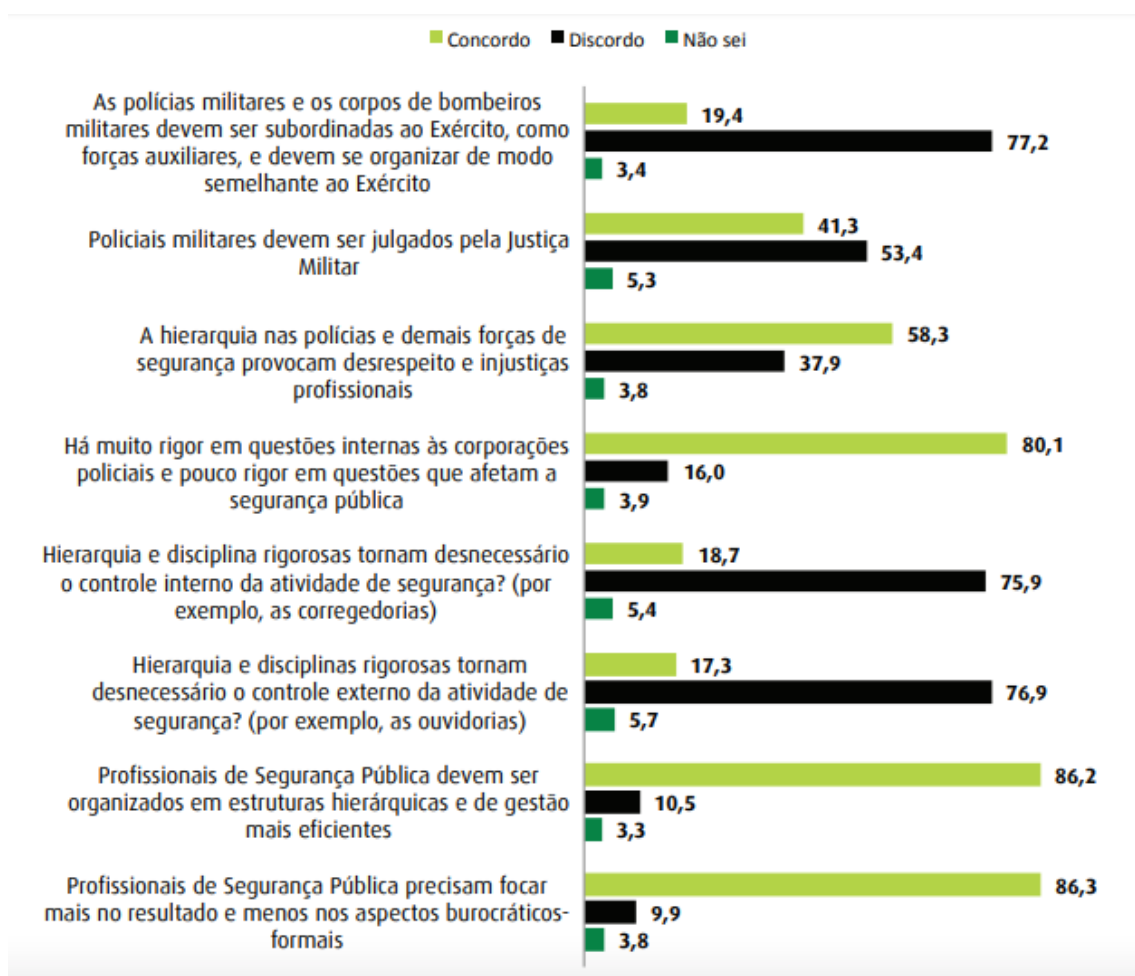
Os resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada na cidade de Anápolis, não apresentaram resultados semelhantes aos diversos estudos que apontam a falta de conhecimento e informação, tanto da população, quanto da própria força policial acerca do tema desmilitarização da polícia militar.

Isso por que, inicialmente, quando indagados sobre seus níveis de conhecimento sobre a desmilitarização da PM, todos os Policiais Militares entrevistados responderam que sim, conhecem o tema e em algum momento de suas vidas já ouviram falar sobre a desmilitarização da polícia militar. Levando a obtenção do surpreendente total de 100% de entrevistados que conhecem o termo desmilitarização e o que ele significa.

No entanto, os resultados obtidos apresentam semelhança em diversos pontos como alguns dos outros estudos exemplificados no tópico anterior. Entre eles, principalmente, com a pesquisa realizada pelo SENASP e a escola de direito da FGV em São Paulo acerca da opinião dos policiais brasileiro sobre reformas e modernização da segurança pública.

A referida pesquisa demonstrou que a maioria dos policiais brasileiros discorda das principais características do sistema policial que decorrem da forma militarizada que a polícia assume, conforme exposto a seguir.

Gráfico 1: Hierarquia e Disciplina na Polícia

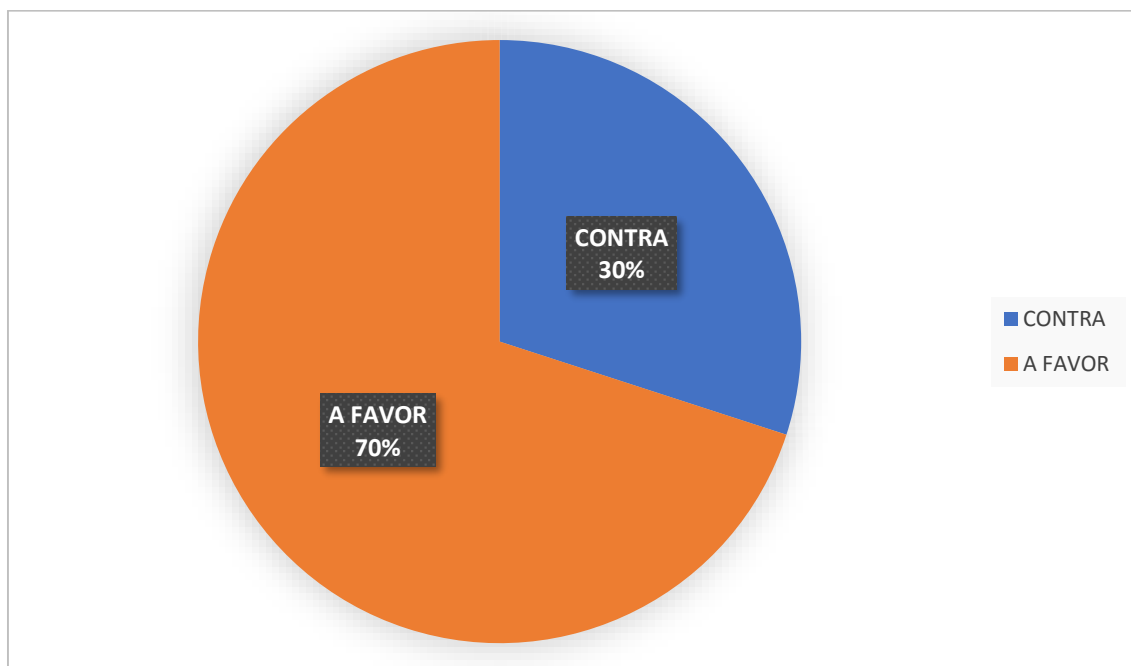


Fonte: (FGV/ SENASP, 2014)

De forma mais simples e direta, o estudo realizado em Anápolis constatou resultados semelhantes aos apresentados na pesquisa acima. Isso por que, a maioria da força policial militar entrevistada no município, quando

indagados a respeito de seus posicionamentos sobre a desmilitarização, também demonstraram suas insatisfações com o instituto.

Gráfico 2: Posicionamento dos Policiais Militares de Anápolis-GO, Acerca da Desmilitarização da Polícia Militar



Fonte: (O autor, 2019)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, pode-se afirmar com toda certeza, que a pesquisa realizada no município de Anápolis conseguiu alcançar o objetivo desejado, com a obtenção das respostas para o problema proposto. Isso por que, restou comprovado que o policial militar da cidade de Anápolis possui, sim, entendimento acerca da desmilitarização, e que além de conhecimento sobre o termo desmilitarização, a maioria dos entrevistados a considerada necessária.

Muitos são os motivos que podem despertar no policial militar o anseio pela desmilitarização, como os baixos salários, a forma de treinamento, as condições de trabalho, os problemas relacionados à hierarquia, a forma de julgamento pela justiça militar e até as possíveis oportunidades de crescimento que são decorrentes de uma carreira única.

O Policial Militar entende e defende a importância das regras dentro de todo e qualquer instituto. No entanto, a autonomia também se faz necessária, juntamente com a modernização de todo o sistema, de maneira a trabalhar na preservação dos direitos do policial.

Sendo assim, os resultados obtidos, que evidenciam a insatisfação da força policial em alguns aspectos de sua profissão, são um claro sinal de que o país precisa desenvolver e trabalhar o tema da desmilitarização, buscando a melhor forma de atender os anseios da força de segurança nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed.atual. e ampli. São Paulo: Saraiva, 2005.

KAWAGUTI, Luis. **Como Desmilitarizar a Polícia no Brasil?** Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130813_sub_desmilitarizacao_1k>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LIMA, Renato Sérgio da Lima; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. **Opinião dos Policiais Brasileiro sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública**. Disponível em:<http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Opiniao_policiais_brasileiros_reformas%20seguranca_publica_2014.pdf>. Acesso em 03 mar. 2019.

ROCHA, Luiz Carlos. **Organização Policial Brasileira**: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares, guardas municipais. São Paulo: Saraiva, 1991.

ROSY, Juliete. **A Polícia Militar e uma Invenção da Ditadura**. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/node/28962/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ROTH, Ronaldo João. **Aspectos Militares da Polícia**: a polícia no brasil. Revista A Força Policial, ed. digital. São Paulo, 2016

SILVA, Allan Jones Andreza, et al. **O Brasil da Polícia Militar do Brasil**. Revista Direitos Humanos e Democracia, ano 5 n. 10 jul./dez. Paraíba: Unijuí, 2017.